



**SUPREMO  
TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA**

---

**O Presidente**

Ao iniciar, de forma solene, o ano judicial de 2019, é importante perspetivar o caminho a percorrer e fazer também uma análise séria sobre o caminho percorrido.

É nesta perspetiva conjugada, do que ficou para trás e do que está adiante, que se poderá ter uma noção realista do ponto em que nos encontramos.

Num olhar sobre 2018 pode dizer-se, resumindo, que foi um bom ano para a justiça portuguesa.

Esta afirmação talvez cause estranheza.

Por um lado, pela simplicidade e, por outro, porque qualquer qualificação positiva associada à justiça costuma ser pouco frequente.

Estamos habituados a ver a justiça envolvida num turbilhão mediático em que, muitas vezes, de forma expressa ou implícita, as referências comuns são às da lentidão, da ineficácia, da irrazoabilidade das decisões ou a toda a sorte de outras considerações menos abonatórias.

É claro que, por princípio, as boas notícias não são notícia.

Sei que é habitual apoucar tudo o que é nosso e ter uma desconfiança generalizada no funcionamento das instituições.

Mas, mesmo assim, reafirmo:

- Ainda que nem tudo tenha sido positivo, **2018 foi um bom ano para a justiça portuguesa.**

Foi bom, em primeiro lugar, naquilo que é mais importante para a democracia: **A independência dos juízes e dos tribunais.**

Continuamos a ter em Portugal um grau de independência dos Tribunais dos mais elevados a nível mundial.

Este facto é a pedra de toque da qualidade de qualquer democracia e nunca pode ser considerado uma aquisição definitiva e totalmente consolidada.



**SUPREMO  
TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA**

---

**O Presidente**

A independência dos Tribunais é, para a justiça, a tradução institucional da saúde do sistema.

Por isso, como qualquer pessoa deve acautelar e defender a sua saúde, também todas as democracias devem estar vigilantes dos seus indicadores fundamentais. E, neste ponto, prévio e essencial, pode afirmar-se, sem rodeios, que o sistema de justiça português manteve a sua saúde intocada.

Os juízes portugueses decidiram de forma livre e independente, sem sujeição a ordens, instruções ou condicionamentos de qualquer espécie.

Os cidadãos e as empresas que tenham tido litígios em tribunal poderão ter concordado ou discordado das decisões proferidas.

Poderão ter aderido ou criticado o seu sentido ou os seus fundamentos.

Contudo, todos deram por certo e seguro algo absolutamente factual: - **As decisões judiciais foram sempre imparciais e totalmente livres.**

Isso, antes de tudo o mais, é uma garantia fundamental para todos os cidadãos e um atestado de qualidade da democracia portuguesa.

\*\*\*

Aproveito esta referência inicial sobre a independência dos Tribunais para acentuar algumas notas sobre este valor fundamental.

Primeiro, sobre a ligeireza como muitas vezes é usado.

A independência dos Tribunais e dos seus titulares os Juízes é, de facto, um valor central. Mas convém precisar do que se trata antes de o invocar de forma vã.

Deve-se olhar para a independência, **em três planos.**

**Num primeiro**, a sua vertente externa, que não corresponde a um fator visível ou a um indicador mensurável. Depende, *e muito*, do contexto social, económico e político em que o sistema judicial se situe.

E, nessa medida, se houver alteração sensível na estabilidade social, se houver perigos para o pluralismo democrático ou se ocorrerem graves crises económicas haverá tensões no sentido da diminuição da independência dos juízes.



**SUPREMO  
TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA**

---

**O Presidente**

A justiça não é uma ilha isolada, nem um forte inexpugnável.

A independência dos Tribunais nunca pode ser considerada um ganho definitivo.

A sua consolidação e conservação exigem, ao invés, um labor permanente.

Basta olhar com atenção o que, a este respeito, se passa em vários países europeus.

Nestes três meses que levo de exercício de funções como Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, foram já diversas as cartas que recebi de homólogos europeus com apelos, por vezes quase desesperados, procurando auxílio na defesa da independência dos juízes nos respetivos países.

### **É um perigoso sinal dos tempos!**

A assimetria de forças entre os poderes políticos e o judicial, que já no século XVIII, os *Federalist Papers*<sup>1</sup> referiam, é uma realidade que permanece bem viva.

Existem pulsões de concentração de poder e domínio do judiciário que são atualmente muito fortes em plena União Europeia.

Há muito quem afirme que o projeto europeu está em perigo por diferenças económicas profundas ou diversas perspetivas sobre critérios de estabilidade orçamental.

A verdade é que existe um risco, ainda bem mais profundo, derivado da existência de diferenças fundamentais e inconciliáveis entre sistemas democráticos e regimes de pulsão autoritária, sobressaindo entre tais diferenças a salvaguarda da separação efetiva de poderes e o respeito pelos direitos humanos.

É, talvez, possível construir economicamente a Europa a várias velocidades. Porém, se houver várias velocidades democráticas, isto é, democracias

---

<sup>1</sup> Escritos do século XVIII, da autoria de John Jay, Alexander Hamilton e James Madison, publicados primeiramente no "Independent Journal", de Nova Iorque, e posteriormente em vários jornais dos Estados Unidos, que, alguns anos depois da confirmação pelos estados confederados (agora federados), foram publicados e republicados diversas vezes em forma de livro. São no total 85 artigos.



**SUPREMO  
TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA**

---

**O Presidente**

verdadeiras e democracias meramente aparentes, o colapso da Europa será inevitável.

Por tudo isto, não quero deixar passar este momento solene sem referir, na presença dos mais Altos responsáveis do Estado, que devemos todos estar muito atentos ao que se passa em termos de independência do poder judicial nesta Europa.

Como na economia, os bons ventos de fora trazem bom ambiente cá dentro, mas os maus ventos o seu contrário!

Aliás, é bom que todos tenhamos a noção de que é esta aquisição democrática, traduzida na separação efetiva de poderes, com salvaguarda da independência dos Tribunais e respeito dos direitos humanos, que permite a Portugal continuar na primeira linha da construção europeia.

\*\*\*

**Num segundo plano,** temos a independência dos juízes face à organização judicial em que estão inseridos.

Pode ser menos patente para o grande público, mas, nas democracias consolidadas, é até o plano mais importante.

Por um lado, é aquele que é mais diretamente sentido e percecionado pelos juízes na sua ação diária, por ser o mais próximo do seu trabalho, e, por outro, por ser por esta via que os riscos para a independência externa se concretizam.

É impensável numa sociedade contemporânea uma ordem política ou administrativa direta dirigida a um juiz para condicionamento de uma decisão judicial.

Nos países europeus em que a independência está em perigo, tal ocorre precisamente por esta via indireta, pelo caminho do controlo dos órgãos de gestão e disciplina dos juízes que são os Conselhos Superiores, controlo que pode condicionar o exercício do poder judicial.



# **SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

---

**O Presidente**

Tenhamos atenção: - O juiz pode ser formalmente independente. Mas se não lhe forem asseguradas suficientes condições de estabilidade e se correr o risco de ser transferido ou exonerado por decisões que saiba que desagradam a diversas formas de poder – e, acreditem, em todas as latitudes, os juízes sabem bem quais são as decisões sensíveis e menos sensíveis – a sua independência fica fortemente afetada.

E, conseqüentemente, a democracia e o respeito pelos direitos fundamentais ficam em grave perigo.

\*\*\*

Nas sociedades pós-modernas os perigos para o funcionamento da democracia estão, não raro, escondidos e são difusos.

Se o século XX foi um tempo de divisão bem definida entre a luz e a sombra, cada qual dominando imperialmente as décadas em que se impôs, o século XXI começa a mostrar-se muito mais fluido e muito menos definido.

As luzes e as sombras misturam-se, confundem-se e partilham todos os recantos do espaço neste tempo que é o nosso.

É por ser este o contexto histórico que as questões relacionadas com a organização e o funcionamento do sistema judiciário são muito sensíveis para um verdadeiro respeito pela independência dos juízes.

Mas dizer isto é diferente de dizer que tudo o que seja matéria de organização e gestão judiciária é uma questão de independência.

O sistema de justiça, como todos os sistemas, carece de boa e adequada gestão. Tem sido feito um grande esforço, com resultados especialmente visíveis desde a reforma judiciária de 2013, para dotar o sistema de capacidade gestonária própria.

Esses resultados que, reafirmo, são muito positivos e especialmente visíveis, nem sempre têm sido bem compreendidos.



# SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O Presidente

Além do natural tempo de adaptação à nova realidade organizacional, há que perceber muito claramente que existe uma diferença fundamental entre organização administrativa e independência. Entre gestão e jurisdição.

Os tribunais, como todas as organizações, carecem de gestão transparente e eficaz por forma a poderem desempenhar com qualidade a sua função.

Há, portanto, que aceitar uma divisão clara entre o que é jurisdição e o que é gestão e ter muita atenção às zonas cinzentas entre o que é uma coisa ou outra.

Nestas, deverá prevalecer sempre o entendimento que mais privilegie a defesa da independência dos juízes.

\*\*\*

Há ainda **um terceiro plano de independência**, que não é normalmente referido:

## **- A independência subjetiva.**

A independência externa, vulgarmente associada à separação de poderes e a independência interna, por referência à organização em que os juízes se inserem, terá de concretizar-se num último plano que é o verdadeiro sustentáculo básico do sistema: **a liberdade de decisão de cada juiz.**

Esta liberdade constitui, simultaneamente, uma enorme responsabilidade.

É neste plano individual que se materializam os níveis de contexto que são a independência externa e interna.

É nesta liberdade individual que se traduz, ou não, uma profunda cultura de independência e é essa cultura generalizada de independência que representa a maior garantia que todos os cidadãos e empresas têm da imparcialidade das decisões dos tribunais.

Se a independência não existir ou se se perder no espírito dos juízes não há quadro institucional que a possa resgatar.

Do mesmo modo que qualquer pessoa que viva enfeudada nos seus medos, mesmo que livre formalmente, estará sempre presa, também o juiz que perca a sua liberdade de espírito não mais poderá ser livre e isento.



**SUPREMO  
TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA**

---

**O Presidente**

Aqui pesam, obviamente, os fatores de contexto, mas pesa também e sobretudo a força de ser livre e rejeitar constrangimentos.

Da vocação individual de ser juiz tem que constar esta matriz e este apelo à independência que dará corpo à sua realização na função.

**Ninguém verdadeiramente é juiz apenas por vestir uma beca.**

Só quem se sinta estruturalmente livre e independente pode servir a justiça devidamente e estar à altura da responsabilidade que a função lhe dá e lhe exige.

\*\*\*

É, pois, olhando estes três elementos da independência: - **Externa, interna e subjetiva** e olhando realisticamente a situação em que estamos, que reafirmo - quanto à independência - **Portugal está muito bem colocado em termos europeus e mundiais.**

\*\*\*

Se ao nível do respeito pela independência estamos numa posição muito favorável, há que dizer ainda que, no tocante à qualidade da justiça, também se deve fazer um balanço positivo do ano que findou e da situação atual.

Como habitualmente, a justiça foi fortemente analisada e alvo de muitas críticas.

Todas são legítimas. Umas serão mais informadas e outras menos. Umas serão justas e outras não. Mas são todas normais, naturais e até necessárias.

A crítica faz parte de um sistema democrático e, por isso, é decisivo e salutar que exista sempre.

Da parte dos agentes da justiça, há que ter a capacidade de ouvi-las, respeitá-las e refletir sobre elas.

E há também que ter a capacidade de fazer um plano mais geral e perceber o contexto do sistema.

Essa análise global tem que nos deixar tranquilos e confiantes, porquanto os juízes portugueses têm, na generalidade, um elevado nível humano e técnico e as



**SUPREMO  
TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA**

---

**O Presidente**

suas decisões apresentam-se fundamentadas no quadro jurídico em que são estabelecidas.

**Por isso, o essencial está assegurado.**

Há, obviamente, muito ainda a melhorar, mas o mais importante existe e está garantido.

**Se é assim, e temos por certo desta observação geral que é assim, a que se deve então a perceção de desconfiança no sistema de justiça que, por vezes, é generalizada?**

**- A resposta não é fácil e reconduz-se, certamente, à complexidade do contexto social em que vivemos.**

Não há, assim, respostas universalmente válidas e cabalmente explicativas.

Há, todavia, fatores que podem ser claramente identificados e que contribuem para essa desconfiança.

Alguns destes fatores são controláveis e devem merecer a nossa atenção. E, depois, a nossa ação.

Entre os fatores identificados e sobre que importa agir encontra-se a muito propalada dificuldade de comunicação do sistema de justiça.

Uma coisa é a qualidade intrínseca do sistema de justiça e a razão humana e técnica das decisões. Outra coisa é a capacidade de comunicar o teor das decisões de forma que seja comumente compreensível.

Não quer isto dizer, sequer, que uma comunicação mais consistente tornasse boas e aceites todas as decisões.

As críticas permaneceriam, certamente, e ainda bem. O que permitiria é que tais críticas fossem melhor sustentadas e a razão das decisões melhor percebida.

Esta dificuldade esbarra de imediato numa limitação: **- A dificuldade de compaginar o papel dos juízes no contexto das sociedades de informação.**





**SUPREMO  
TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA**

---

**O Presidente**

Durante décadas foi afirmado, e ainda vigora (e, friso bem, deve continuar a vigorar), um profundo dever de reserva na função que a generalidade dos juízes entende ser reconduzível a um direito subjetivo ao anonimato.

Por isso, alguns juízes têm grande dificuldade de entender e aceitar que o seu nome seja referido publicamente. Ainda mais quando associado à sua imagem, o que tenderá a acontecer cada vez mais.

Muito há ainda a fazer para, com salvaguarda dos aspetos positivos que inegavelmente encerra, conformar o dever de reserva, no contexto das sociedades de informação e capacitar os juízes para compreenderem, nessa vertente, a sua posição e agirem em conformidade.

Por outro lado, há que ter em conta que, ao nível da organização judiciária, não há estruturas, nem pessoas, organizadas e preparadas, para comunicar devidamente as decisões dos tribunais.

O que é incompreensível e inaceitável.

Continuamos a ter bem presentes longas sessões noticiosas, com jornalistas à porta dos tribunais durante dias inteiros, sem que exista um espaço para os acolher. Sem uma única pessoa da estrutura judicial a prestar uma declaração ou sequer a dar uma simples informação.

Isto é, obviamente, mau para o trabalho da comunicação social, mas, sobretudo, muito negativo para a própria imagem da justiça.

A legitimação do sistema de justiça pressupõe que o valor imparcialidade, e o seu corolário direto, que é a independência, estejam assegurados.

E implica que os juízes tenham capacidade técnica e humana para conduzir e decidir os processos.

Porém, uma justiça independente e capaz, que esteja fechada sobre si mesma, nunca será uma instituição publicamente reconhecida.



**SUPREMO  
TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA**

---

**O Presidente**

Se a fundamentação das decisões constitui o núcleo essencial da sua legitimação, a melhoria na forma de as comunicar possibilitará que essa legitimação seja alcançada de um modo mais completo.

Isto exige, desde logo, que os juízes fundamentem o que decidem de modo compreensível para as partes, mas também para a comunidade.

E exige ainda que todo o sistema de justiça se capacite que tem e deve comunicar com a sociedade, por meios adequados e de maneira entendível.

Essa comunicação, além de pressupor uma organização de meios que não existe, implica outras valências ainda mais difíceis de obter.

Implica que haja, dentro do judiciário, pessoas preparadas para comunicar com os meios de informação e dotadas da necessária competência para traduzir a complexidade dos processos e da técnica jurídica para uma linguagem capaz de ser bem compreendida pela generalidade dos cidadãos.

**Esta é uma área onde está ainda tudo praticamente por fazer.**

E é na comunicação que se joga, atualmente, muito do respeito pelo sistema de justiça.

Continuarei, por isso, empenhado para que também, neste campo, haja melhorias concretas, no decurso de 2019.

\*\*\*

Ainda a propósito da qualidade do sistema de justiça, uma breve nota sobre o tema dos sistemas informáticos da justiça.

Estamos, como todos sabemos, numa altura em que os sistemas de informação computadorizada, em todas as áreas humanas, têm uma importância crescente.

Na justiça existe já uma digitalização de processos quase total.

O que, tendo grandes vantagens para a eficácia e a transparência do sistema, comporta igualmente grandes riscos.



# SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O Presidente

A aplicação informática «citius» teve há pouco mais de três anos um colapso quase completo cujas causas não estão completamente esclarecidas e são, cada vez mais frequentes as referências noticiosas a intrusões ilícitas no sistema.

Os cidadãos e as instituições judiciais querem (e precisam de) ter confiança na segurança do sistema.

Talvez, seja altura de realizar um debate sério sobre a organização e gestão das plataformas informáticas da justiça, **desde sempre a cargo exclusivo do poder executivo**, e se pondere qual o tipo de intervenção futura das instituições judiciais, nessa área.

\*\*\*

Fechado este ponto, importa fazer referência, agora, aos valores mensuráveis do sistema de justiça, no setor dos tribunais judiciais.

Nos aspetos quantitativos, 2018 foi também um bom ano, traduzindo a continuação de uma linha de melhoria que vem, pelo menos, desde 2014.

Os elementos estatísticos são, ninguém o pode negar, muito importantes.

É a partir destes que se faz a macro análise da capacidade de resposta do sistema.

A justiça só é justa se for capaz de responder em prazo razoável.

Em 2018, prosseguiu a trajetória de descongestionamento dos tribunais judiciais.

Em todas as áreas jurisdicionais as taxas de resolução continuam positivas, quer dizer que findaram mais processos do que os entrados.

Isto não significa que o número de entradas não seja expressivo.

Pelo contrário, continuaram a entrar mais de 400.000 processos por ano.

Repito este número: - Entraram nos tribunais judiciais portugueses mais de 400.000 processos em 2018. Mais precisamente 437.554 processos.

Por outro lado, findaram mais de 500.000 processos.



# SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O Presidente

Repito também este número para se ter a noção da dimensão da máquina judiciária e da capacidade de resposta deste setor da justiça portuguesa: - **Em 2018 terminaram precisamente 563.929 processos.**

\*\*\*

Os indicadores quantitativos mantêm indubitavelmente uma curva favorável.

Mais importante que este dado é a análise que se reporta aos tempos médios de decisão e que, aproveito para referir, se encontra em Portal informativo de acesso público.

Embora não existam ainda dados consolidados do ano passado, a linha de tendência é também aqui muito favorável, verificando-se uma redução sustentada do tempo médio de duração dos processos em todas as jurisdições e em todas as instâncias judiciais.

Nos tribunais superiores, os prazos de decisão médios continuam abaixo dos seis meses, o que se afigura um valor absoluto muito razoável.

Ao nível da 1ª instância os dados disponíveis permitem também tempos médios de decisão absolutamente razoáveis em diversas áreas:

- 5 meses em matéria de contraordenações. 8 meses em ações declarativas laborais. 11 meses nas ações tutelares.

Na matéria cível, área muito sensível da chamada justiça económica, há ainda muito caminho a percorrer, sobretudo nas jurisdições especializadas de 2º grau, mas os últimos dados quanto a tempos médios situam-se agora nos 17 meses, já bem abaixo dos dois anos em que se encontravam há bem pouco tempo.

O objetivo, neste caso, é continuar uma linha que os leve para tempos médios de decisão mais baixos, o que exigirá forte atenção, empenho e muito trabalho.

Para o atingir serão certamente necessários mais meios humanos, desde logo oficiais de justiça e concretizar-se o apoio direto ao trabalho dos juízes, designadamente por via de assessoria.

O caminho é positivo. A situação é boa em muitas áreas. Menos boa noutras.



# **SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

---

**O Presidente**

Quanto àquilo que é usualmente apontado como menos bom, importa salientar que existe responsabilização, mormente disciplinar, dos juízes.

Refiro-o, obviamente, apenas para dar conta pública da ação do Conselho Superior da Magistratura e para enfatizar que o sistema, neste domínio, ao invés do que muitas vezes é dito e percecionado pelos cidadãos, também funciona.

Assim, no decurso de 2018 foram instaurados 24 processos disciplinares a juízes. Destes ainda estão pendentes 15, tendo sido aplicadas sanções disciplinares a 6 juízes.

\*\*\*

Esta realidade globalmente positiva não esconde, porém, a grande dificuldade que o sistema continua a ter em lidar com realidades processuais complexas ou muito complexas, em particular nas matérias especializadas cíveis e, sobretudo, criminais.

Há que dizer, a este propósito, de modo muito enfático, que a falta aqui não é dos juízes. O que claudica é a organização geral do judiciário que não tem sido capaz de lhes dar os meios para lidar adequadamente com realidades que, nalguns casos, quase ultrapassam a capacidade de tratamento humano.

Deixar um juiz, ou um coletivo de juízes, sem qualquer apoio, tratar de processos com 25.000 documentos, 100.000 documentos, ou um milhão de documentos. Há casos em que até mais que isso.

Lê-los. Compreendê-los. Estabelecer relações entre eles. Ligá-los ao depoimento de dezenas ou centenas de testemunhas, tentando apurar a verdade de centenas ou milhares de factos imputados, pode parecer quase absurdo.

Isto que, há alguns anos foi absolutamente excecional, tornou-se agora algo quase normal.

Será reflexo da complexidade da sociedade e das relações económicas e sociais que se estabelecem, mas, em termos processuais, constituem-se verdadeiros monstros de muito difícil ou quase impossível tratamento.



**SUPREMO  
TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA**

---

**O Presidente**

Deixar os juízes, sem qualquer apoio, a procurar lidar com esta realidade é, atualmente, um dos grandes problemas do sistema de justiça, com forte repercussão pública e impacto na sua imagem.

Estes processos são julgados e decididos virtualmente sem apoio, em trabalhos insanos que consomem dias, meses e anos, roubando, não raro, tempos de descanso e férias numa dedicação que poucos conhecem e quase ninguém reconhece.

**Será uma objetiva injustiça para com o trabalho dos juízes.**

Mas, mais que injustiça para quem serve a causa pública, em circunstâncias particularmente adversas, o essencial é apontar um problema muito sério **para ser superado**.

É a credibilidade do sistema que está em causa e a sua capacidade de resposta racional.

É a igualdade dos cidadãos perante a justiça. Em última instância, é a própria democracia do sistema.

\*\*\*

Ainda a respeito dos processos complexos impõe-se fazer uma outra referência.

É muitas vezes repetido que um dos problemas mais profundos do país é a corrupção.

Alude-se, contudo, a um fenómeno social amplo, que agrega um conjunto de crimes e não, propriamente, aos crimes de corrupção em sentido técnico estrito.

Desde já, importa clarificar, a este propósito, que os tribunais não têm nenhum objetivo específico de combate à corrupção.

Aos tribunais cabe julgar e decidir todos, repito todos, os crimes. E fazer justiça, quer condenando, quer absolvendo.

A justiça faz-se, simplesmente, aplicando a lei aos factos que se provarem.



**SUPREMO  
TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA**

---

**O Presidente**

Mais, os tribunais decidem com base em provas admitidas em julgamento e só condenam quando atingem um nível de certeza quanto à responsabilidade criminal dos arguidos pelos factos de que são acusados.

Não condenam com base em meras probabilidades nem com base em indícios não suficientemente corroborados.

Nem condenam por factos diferentes daqueles que os arguidos estejam a ser concretamente julgados.

É função dos Tribunais julgar, tão só, todos os cidadãos, de acordo com a lei e com absoluta imparcialidade, dizendo o direito de cada caso.

No julgamento e na decisão os critérios e os princípios são precisamente os mesmos em todos os processos e relativamente a todos os crimes.

\*\*\*

**Dito isto e, aproximando-me do fim, direi que iniciamos 2019 numa posição favorável, mas com alguns pontos de preocupação muito forte.**

**Os valores fundamentais estão preservados.**

**A qualidade da justiça portuguesa mantém-se elevada.**

**Os dados estatísticos demonstram que continuamos a seguir uma curva muito favorável na redução de pendências e de tempos médios de decisão.**

**Mas continuamos a ter um sistema que é quase completamente ausente no cumprimento da sua obrigação de comunicação com a sociedade.**

**E continuamos a ter um sistema que tem uma dificuldade notória e crescente de responder a realidades processuais cada vez mais complexas.**

**Este é o quadro e o desafio atual.**

\*\*\*

Antes de perspetivar o ano que se inicia, impõe-se uma referência à situação conflitual que existe atualmente entre o executivo e as associações representativas dos profissionais do setor da justiça.



# **SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**O Presidente**

Não posso deixar de assinalar, com preocupação, a necessidade de rapidamente pacificar o ambiente do setor, particularmente, no que toca aos juízes.

Há que encontrar um caminho que assegure, ainda nesta legislatura, a concretização do processo de revisão do Estatuto dos Magistrados Judiciais.

Seria absolutamente lamentável que esse processo, iniciado ainda na legislatura anterior, não tivesse um desfecho favorável, passada uma legislatura inteira e terminando esta sem a sua conclusão.

Apelo, portanto, a um desfecho rápido, que encontre um equilíbrio aceitável e de bom senso entre as legítimas expetativas dos juízes e as possibilidades realistas do país.

Um estatuto atualizado e equilibrado, em todas as suas componentes, é uma exigência da função, o que, realço, é importante para os juízes, mas também para o serviço do país.

Ainda recentemente, o recurso a um juiz jubilado para a condução de um inquérito administrativo único demonstra a importância do Estatuto dos Juízes e das obrigações que estabelece no serviço do país.

Ao contrário de qualquer aposentado, o juiz jubilado que seja chamado ao serviço tem o dever de aceitar o encargo e cumprir a sua obrigação funcional, mesmo que isso não seja do seu agrado, e sem qualquer retribuição adicional.

Existe uma cultura de serviço bem enraizada nos juízes, por toda a sua vida, que deve ser reconhecida e respeitada.

É também aí que se estabelece a independência e a dignidade da função.

\*\*\*

Chegado aqui, concluirei lançando agora o prometido olhar rápido sobre 2019.

Será, certamente, um ano muito exigente para a justiça portuguesa. Talvez um dos mais exigentes de sempre.

Esta exigência não será, como já foi, uma exigência eminentemente quantitativa.





**SUPREMO  
TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA**

---

**O Presidente**

Está instalada no sistema judicial a capacidade de responder adequadamente ao fluxo de processos e, no final do ano, será apresentada certamente uma taxa de resolução positiva, com bons níveis globais de produtividade.

O sistema está sólido e resiliente a este nível.

Como está em condições de apresentar prazos médios de resposta cada vez mais razoáveis.

As grandes dificuldades esperam-se, precisamente, na capacidade de responder aos vários processos de maior complexidade e de maior impacto público.

Relativamente à questão da complexidade processual, trabalharemos com dedicação procurando, juntamente com os demais poderes do Estado, abrir caminhos para dar apoio efetivo ao trabalho dos juízes neste tipo de processos.

É uma tarefa que procurarei realizar, quer no Supremo Tribunal, quer no Conselho Superior.

Mas será, certamente, ainda assim, um ano muito duro.

Há um conjunto de processos, cada vez mais alargado, com relevo público e sensibilidade social e económica que entrará em fases decisivas.

Enfatizo, numa mensagem de confiança, que a Justiça Portuguesa tratará TODOS por igual.

Independentemente de raça ou sexo, de situação económica ou social. Qualquer que seja o percurso de vida dos envolvidos, todos terão de ser tratados de forma igual, com absoluta imparcialidade e com respeito pelos seus direitos individuais.

O sistema tem que ter a capacidade de distinguir a natureza e a complexidade dos processos.

Mas não pode distinguir pessoas, tratando-as melhor ou pior consoante a respetiva condição natural, social ou económica.

Esta garantia, sendo básica, é a maior segurança que a coletividade tem.



**SUPREMO  
TRIBUNAL  
DE JUSTIÇA**

---

**O Presidente**

Permitam-me, antes de terminar, que cite Protágoras:

"O homem é a medida de todas as coisas, das coisas que são, enquanto são, das coisas que não são, enquanto não são".

Nesta casa da Justiça, gostaria que o eco desta frase chegasse a todos os cidadãos com o empenho de que o homem é também a medida da Justiça.

Termino, dizendo e relembrando que, se a qualidade de vida de um país se mede pelo avanço da sua economia, mede-se também, ou talvez mais, pela qualidade da sua Justiça.

Um Bom ano para todos!

Bem hajam!

Lisboa, 15 de janeiro de 2019

António Joaquim Piçarra